

# O CARÁTER DA CRISE DO CAPITALISMO E O MOMENTO HISTÓRICO

*Contribuição para o debate e para o texto do Programa do PT*

**Por José Dirceu**

Para definir o programa do PT, ou atualizá-lo, é necessário definir o caráter da crise do capitalismo. Há quem sustente que não se trata apenas de uma crise do neoliberalismo, mas do próprio sistema capitalista, como se fosse sua crise final, ou como se pudesse abrir um período histórico de crise revolucionária. Nesse cenário, a substituição do capitalismo pelo socialismo apareceria como possibilidade, ou ao menos haveria condições de colocar na ordem do dia a ruptura com a ordem capitalista.

A questão é, ao mesmo tempo, de análise empírica sobre o momento histórico e de decisão política sobre qual caminho seguir. Ou seja: qual será nossa estratégia política e, por conseguinte, quais tarefas e objetivos devem ser definidos.

O capitalismo, para ficar nos séculos XX e XXI, viveu crises e as superou, mesmo às custas da destruição de forças produtivas e de centenas de milhões de vidas. Entre as principais estão a Primeira Guerra Mundial, a depressão econômica de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Entre 1914 e 1945, em particular, o sistema pareceu caminhar para um impasse sem alternativas. Contudo, após a derrota do nazifascismo, assistimos à reorganização internacional em Bretton Woods e a uma reconfiguração do próprio capitalismo, que se autorregulou e abriu uma fase de expansão. Consolidaram-se os Estados Unidos como potência líder, substituindo a Grã-Bretanha e impulsionando a reconstrução europeia. Mais tarde, Japão, Coreia do Sul e Taiwan – os chamados Tigres Asiáticos – também se afirmaram, e mesmo na América Latina houve um processo de industrialização incipiente.

Naquele período, e em consequência da Segunda Guerra, consolidaram-se a União Soviética e as chamadas Repúblicas Populares na Europa do Leste, constituindo o campo socialista. Iniciou-se a Guerra Fria, ao mesmo tempo em que se aprofundava a crise do sistema colonial. Ela se expressou na derrota do Japão e, depois, da França no Vietnã; na Revolução

Argelina; e, particularmente, na vitória dos comunistas na guerra civil chinesa, sob a direção de Mao Tsé-Tung. A existência da União Soviética e, depois, do campo socialista foi decisiva para processos de descolonização na África e para a Revolução Cubana, que se declarou socialista após a derrota da invasão patrocinada pelos Estados Unidos, em abril de 1961.

Na Europa, a classe trabalhadora e camponesa protagonizou grandes lutas e revoluções em 1848 e 1871 e, especialmente, a vitória dos bolcheviques dirigidos por Lenin, em 1917, abrindo um período revolucionário até a eclosão da Segunda Guerra. Com a vitória dos Aliados, os partidos comunistas europeus lideraram grandes mobilizações, e consolidou-se um capitalismo social-democrata, cujas bases se articulam às reformas políticas, agrárias e tributárias do século XIX e às conquistas das classes trabalhadoras e de seus partidos.

Com os acordos de Bretton Woods, abriu-se um período de prosperidade sob um capitalismo mais regulado, com a criação das Nações Unidas, do FMI, do Banco Mundial e, mais tarde, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de acordos comerciais como o GATT e, posteriormente, a Organização Mundial do Comércio (OMC). O objetivo dessa arquitetura era sustentar o crescimento e a consolidação do capitalismo, evitar crises e depressões e, sobretudo, garantir sua estabilidade na Europa, em um contexto de contenção da União Soviética e do campo socialista.

Nos anos 1980, esse arranjo político-institucional entrou em crise, pelo esgotamento daquele ciclo e pelas contradições próprias do sistema. Ganhou força o chamado Consenso de Washington e, em seguida, o neoliberalismo. Esse projeto desmontou o Estado de Bem-Estar Social, atacou sindicatos e partidos comunistas, cooptou parcelas relevantes da social-democracia europeia e impôs a globalização sob hegemonia financeira dos grandes bancos e dos Estados Unidos. Livre comércio, privatizações e desregulamentação tornaram-se palavras de ordem. Para a classe trabalhadora, isso significou redução drástica de direitos sociais e salários e, em muitos países, ditaduras e repressão generalizada.

Se olharmos o mundo anterior ao Consenso de Washington, vemos a mudança radical na correlação de forças e nos direitos políticos e sociais das classes trabalhadoras. A União Soviética e o campo socialista deixam de existir e os Estados Unidos passam a se impor como potência única. Na Europa, em especial, assistimos ao desmonte dos Estados de bem-estar, à conversão de setores social-democratas ao social-liberalismo e à expansão da União Europeia e, depois, da OTAN, em direção ao isolamento e à contenção da Rússia, que emergiu do colapso soviético.

O capitalismo hegemônico pelos Estados Unidos, ao romper com o modelo anterior e impulsionar a globalização e o livre comércio, flexibilizou o cerco econômico contra a China e, mais tarde, contra o Vietnã. Na fase neoliberal, incorporou China, Vietnã e Índia à economia mundial, simbolicamente pela adesão à OMC e pela adoção de economias de mercado. Abriu-se um período histórico ainda não consolidado, no qual esses países se integram, mas, ao mesmo tempo, passam a influenciar decisivamente os rumos do capitalismo global, pelo peso demográfico, territorial e econômico e, sobretudo, por sua crescente capacidade tecnológica, financeira e militar.

Pode-se dizer que, se antes o poder nuclear e militar da União Soviética limitava a expansão militarista dos Estados Unidos, hoje o que limita o poder do capitalismo norte-americano e europeu é a ascensão da China, com sua crescente hegemonia tecnológica, comercial e financeira, expressa também em sua projeção internacional.

Nos anos 2000, os Estados Unidos iniciam a fase que se consolida com Donald Trump: o recurso ampliado ao poder militar e tecnológico para impor interesses econômicos, comerciais, tecnológicos e políticos. Buscam, pela coerção, evitar a perda da hegemonia mundial e enfrentar a crise do próprio sistema, expressa nas crises de 2008/09 e 2011/12, na estagnação europeia e na debilidade crescente da economia norte-americana, marcada por desindustrialização, déficits externo e fiscal, endividamento e aumento da desigualdade.

Desde 2001, os Estados Unidos ocuparam o Afeganistão e o Iraque; intervieram na Líbia e na Síria; apoiaram Israel na guerra genocida contra o povo palestino; ampliaram sanções e agressões contra o Irã; e intensificaram ações de desestabilização contra a Venezuela, incluindo o sequestro temporário do presidente Hugo Chávez em 2002. Além disso, travaram guerras por procuração no Iêmen e na Ucrânia. No caso de Cuba, depois de mais de seis décadas de bloqueio, sanções, ataques e sabotagem, mantêm uma política que produz fome e asfixia econômica contra o povo cubano e seu governo.

Há uma crise sem precedentes na Europa, expressa na estagnação econômica, na crise energética, habitacional e previdenciária, na queda do padrão de vida e na incapacidade de incorporar, de forma democrática e sustentável, os fluxos migratórios de que necessita em razão do fim do bônus demográfico. Soma-se a isso o avanço da extrema direita em todo o continente.

O crescimento e a articulação internacional da extrema direita, e sua ligação com os Estados Unidos sob a liderança de Trump, são um fato histórico. Expressam a crise atual do capitalismo e o rumo escolhido para tentar superá-la. Há precedente histórico na opção das

elites alemãs, italianas e japonesas pela guerra e pela conquista de novos mercados e territórios, o que remete ao expansionismo militarista norte-americano atual. Depois de conquistar a Europa continental, Hitler decidiu invadir a União Soviética, evidenciando que não basta expandir: busca-se derrotar e destruir aqueles que se opõem ou ameaçam a hegemonia.

Pode-se afirmar que há uma disputa intercapitalista e, dentro de cada país, uma disputa sobre o caminho a seguir, com a extrema direita em crescimento sob a liderança de Trump. A questão principal é até onde haverá apoio ou consenso nos Estados Unidos para essa política expansionista e militarista. E também como responder à crise da globalização financeira e como lidar com a ascensão da China como primeira potência mundial. Não há como dar marcha atrás na integração chinesa ao mercado capitalista mundial, do qual dependem, nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, mercados, capitais e tecnologias chinesas.

A ameaça de Trump em relação à América Latina é real, e seria um grave erro não considerá-la estrategicamente. Isso pode custar nossa soberania política, como demonstra o caso venezuelano. Da Groenlândia à Antártida, os Estados Unidos avançam numa política de intervenção: interferem em processos eleitorais, como em Honduras, Argentina e Equador, e convocam esses países, além de Paraguai, El Salvador, Bolívia e Chile, para iniciativas diplomáticas com objetivo claro de consolidar governos de direita aliados e disputar com a China as relações políticas, comerciais e de investimento.

Ao mesmo tempo, vivemos um período de extraordinárias mudanças tecnológicas, com consequências diretas no mundo do trabalho, afetando a classe trabalhadora, sua constituição e sua consciência social. Essa revolução tecnológica, somada à desconstrução de direitos sociais e, em muitos casos, de direitos políticos, debilitou não apenas os sindicatos, mas também partidos e lideranças. Em diversos países, o que assistimos – na América Latina e também na Europa – é o risco real de ruptura democrática e a imposição, pela força, de governos alinhados aos Estados Unidos, recolocando no centro a questão da soberania nacional.

A pergunta que devemos responder é: qual nossa estratégia neste momento histórico e na conjuntura atual? Quais são nossos objetivos, formas de organização e luta? Quais são nossos aliados? E quais são as tarefas, sendo a principal a defesa da democracia, da soberania e dos direitos sociais da classe trabalhadora brasileira? Ou, ao contrário, colocamos na ordem do dia a ruptura com o capitalismo no Brasil? Devemos nos aliar com forças democráticas ou de centro-direita na defesa da democracia e da soberania nacional? Defendemos a Constituição de 1988 e os direitos políticos e sociais conquistados pela classe trabalhadora, ou colocamos como

objetivo a superação do atual modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro? Não se trata de fazer propaganda do socialismo ou de afirmar o caráter socialista do PT. Trata-se de propor uma ruptura, o que supõe afastar alianças com o centro e buscar uma base social para uma oposição de esquerda socialista.

Primeiro, é preciso definir a correlação de forças na disputa político-social no Brasil. É necessário avaliar se nosso sujeito histórico, a classe trabalhadora, perdeu ou não centralidade; se há uma direita liberal democrática disposta a uma aliança em defesa da democracia e de avanços sociais; e se há setores empresariais dispostos a retomar um projeto nacional de desenvolvimento. É preciso, inclusive, saber se temos força política e organizativa para colocar essas tarefas. Temos partidos, organizações sociais e populares, direção e capacidade política para colocar na ordem do dia uma ruptura e uma mudança de sistema econômico e político no país?

Ou, neste período de ascensão da extrema direita, de uso da força militar para impor políticas a nossos países e de hegemonia das forças de direita no mundo, devemos nos concentrar em defender e ampliar a democracia, defender e ampliar os direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988 e defender a soberania nacional, ameaçada pela intervenção política e militar dos Estados Unidos?

Reconhecer o poder militar e tecnológico do império norte-americano não significa afirmar que ele seja invencível ou que sua estratégia colonialista será vitoriosa. O mundo de nossa época enfrenta desafios para os quais o capitalismo e sua vertente de extrema direita não oferecem respostas, a não ser a guerra e a submissão de povos e nações. A experiência histórica comprova que povos resistem e vencem mesmo quando parece impossível, como demonstram a vitória do povo vietnamita e o fracasso das ocupações no Afeganistão e no Iraque, assim como as intervenções na Líbia e na Síria.

Dentro dos Estados Unidos e mesmo em sua vizinhança, Canadá e México se opõem a ameaças e sanções. Na Ásia e no Sul Global, a presença da China e dos BRICS constitui contraponto à hegemonia norte-americana, que enfrenta resistência inclusive na Europa.

Essa decisão não é recuo nem renúncia de objetivos socialistas. Ela está de acordo com nossa força política e social real e com o momento histórico que vivemos. Podemos definir, com segurança, como objetivo principal a reeleição do presidente Lula e a retomada do projeto nacional de desenvolvimento, diante do novo período de ascensão da extrema direita e de ameaça à nossa soberania e à nossa democracia. A caracterização do momento histórico não

elimina o horizonte socialista do PT, mas orienta sua estratégia concreta diante da correlação real de forças.

Isso implica reconhecer os limites do PT e das esquerdas no Brasil, considerando as profundas mudanças culturais, políticas e sociais vividas pela classe trabalhadora nas últimas décadas. Mudanças tecnológicas e no mundo do trabalho, reformas previdenciária, trabalhista e sindical, impeachment da presidenta Dilma, o processo sumário, político e de exceção que levou o presidente Lula à prisão, enfraquecimento de nossos partidos e sindicatos, papel das redes e das big techs, influência das igrejas evangélicas e a força social e eleitoral não apenas da extrema direita, mas também da própria direita liberal.

Nossa classe trabalhadora, em diferentes épocas do capitalismo brasileiro, abraçou majoritariamente a democracia, o nacionalismo, a defesa dos direitos trabalhistas e a luta pelo desenvolvimento nacional. Apesar de sua juventude – pode-se dizer que surge com as greves de 1917 – e apesar de viver sob repressão, com partidos e sindicatos perseguidos, extintos ou empurrados para a clandestinidade por longos períodos, ela sempre se levantou, se reorganizou e lutou por direitos. Votou majoritariamente no PTB, de 1946 a 1964, no MDB, de 1974 a 1989, e no PT desde então, elegendo cinco vezes a Presidência da República. Mesmo sob intensa disputa cultural e ideológica, na ditadura e na democracia, foi capaz de distinguir quem está ao lado de seus direitos e de seu bem-estar.

Não podemos analisar a classe trabalhadora nas últimas décadas sem reconhecer que a repressão jurídica e política desencadeada contra o PT, os sindicatos e movimentos sociais, a esquerda e nossos governos, entre 2013 e 2019, somada às mudanças no mundo do trabalho, abriu espaço para a direita consolidar apoio nas classes trabalhadoras, com avanço de ideias liberais e conservadoras e, também, negacionistas e fundamentalistas de extrema direita.

No momento atual, nosso governo retoma a iniciativa política e a extrema direita está na defensiva. A agenda do país é o crescimento da economia, do emprego e da renda, com inflação sob controle, e o avanço de uma agenda política que expõe a concentração de renda e riqueza e as condições inaceitáveis de trabalho e de vida da maioria do nosso povo. Isso se expressa na reforma tributária progressiva e no fim da escala 6x1, que dão base social e eleitoral para a disputa de um novo mandato do presidente Lula.

Não se trata de ignorar as mudanças tecnológicas e no mundo do trabalho. Trata-se de decidir, conscientemente e com firmeza, nossa estratégia neste momento histórico. Uma estratégia que viabilize não apenas um governo democrático e soberano, mas o início de uma

retomada do projeto nacional de desenvolvimento, e um programa político capaz de impulsionar organização e consciência popular, radicalização da democracia e ampliação de direitos sociais, com a defesa da soberania como eixo central. O projeto nacional de desenvolvimento tem como principais bases a Nova Indústria Brasil, o PAC e a transição energética e ambiental.

Um de nossos objetivos centrais é a reconstrução do PT e a retomada dos territórios e dos movimentos sociais, nas novas condições em que vivemos, colocando o partido à altura dos desafios de nossa época e das tarefas que definimos como prioridade. O desafio maior é transformar o apoio social, político e eleitoral que Lula e o PT têm em força organizada e mobilizada, condição para avançar na estratégia de mudanças estruturais e na retomada do projeto nacional de desenvolvimento soberano e popular.

No mundo atual, o controle de riquezas naturais, tecnologia – particularmente a militar – e informação é condição de soberania. Essa soberania se expressa não apenas no plano econômico, financeiro e tecnológico, mas também no plano militar e na soberania de dados e de informação. Essa estratégia se expressa, hoje, num programa do PT que defenda democracia e soberania, consolide avanços nas áreas sociais, dos direitos humanos, das mulheres, dos negros e negras e da diversidade LGBTQIA+, e crie as condições políticas para reformas estruturais político-eleitorais e tributárias. Um programa que recomponha a capacidade de investimento do Estado, redefinindo o papel dos bancos públicos e das estatais, com mudanças na política fiscal e monetária, superando o modelo financista e rentista, condição para retomar o projeto nacional de desenvolvimento.

Devemos defender uma revolução democrática e popular, expressa na reforma tributária progressiva, capaz de reconstituir a capacidade de investimento do país, e na reforma política, com voto em lista, fidelidade partidária e proporcionalidade na Câmara dos Deputados, pondo fim à captura do orçamento nacional por emendas impositivas. Devemos superar o atual modelo institucional e colocar na ordem do dia a democracia direta, o controle social e a reforma do Estado, não apenas administrativa e de pessoal, mas também uma ampla reforma do Judiciário e das Forças Armadas.

A crise atual do capitalismo não se apresenta, no plano histórico concreto, como uma crise final ou como a abertura imediata de um ciclo revolucionário clássico. Trata-se, antes, de uma crise de reconfiguração profunda da ordem mundial, marcada pela disputa entre regressão autoritária e reconstrução democrática, entre financeirização predatória e projetos nacionais de

desenvolvimento soberano. Nesse contexto, a tarefa estratégica das forças democráticas e populares não é a proclamação abstrata da ruptura, mas a construção concreta de maiorias sociais capazes de defender e ampliar a democracia, afirmar a soberania nacional e reorganizar as bases materiais do desenvolvimento. Defender a democracia e a soberania, portanto, não constitui recuo estratégico, mas etapa histórica coerente com a correlação de forças e condição indispensável para qualquer avanço transformador mais profundo no futuro.

Nosso objetivo principal é um crescimento econômico com distribuição de renda, reorganização e inovação industrial, transição energética e ambiental, mudança profunda no modelo agrícola, retomada do papel do Estado no planejamento e no investimento público, fortalecimento de bancos e empresas estatais e afirmação da soberania tecnológica e militar do país. Nosso objetivo de crescimento nos próximos anos é pôr fim à pobreza e à miséria, à fome e à desigualdade, e dobrar o PIB em dez anos.